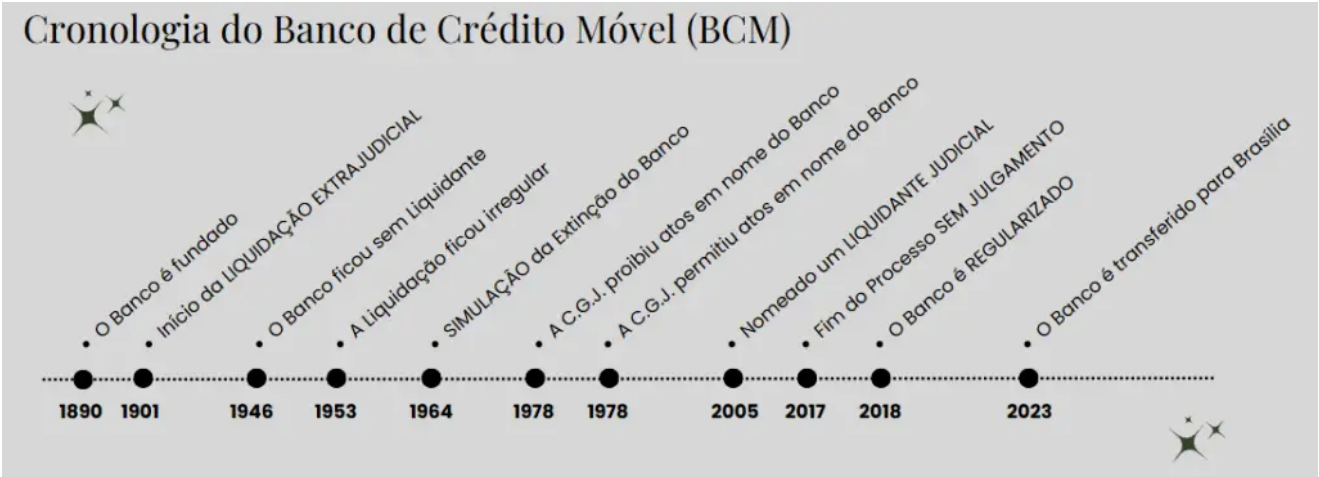


# Cronologia do Banco de Crédito Móvel (BCM)

Fundação, liquidação, irregularidade e regularização — 1890 a 2023



A cronologia do **Banco de Crédito Móvel (BCM)** sintetiza 133 anos de trajetória jurídica e institucional. O documento apresenta a seguir essa trajetória dividida em três fases: (I) fundação e liquidação extrajudicial (1890–1964); (II) período de irregularidade e a simulação da extinção (1946–2005); e (III) regularização judicial e administrativa (2005–2023). Cada marco é cruzado com a legislação aplicável e com as fontes primárias documentadas.

## PARTE I — Fundação e Liquidação Extrajudicial (1890–1964)

| Ano       | Evento                             | Fundamento e contexto  |
|-----------|------------------------------------|--|
| 1890      | Fundação do BCM                    | Fundado em 16/10/1890 sob o Decreto nº 165 (primeira lei bancária republicana, Rui Barbosa). Assembleia de Instalação noticiada na <i>Gazeta de Notícias</i> e no <i>The Rio News</i> .  |
| 1901      | Início da Liquidação Extrajudicial | AGE de 16/02/1901 aprova liquidação amigável após crise do Encilhamento. Ações tornam-se <b>indisponíveis para transferência</b> — publicado em <i>O PAIZ</i> (06/02/1901). Consta na obra oficial do Banco Central do Brasil (2004, pág. 19).   |
| 1901–1945 | Gestão da liquidação               | Comendador José Augusto Ferreira liderou a Comissão Liquidante. Tentativas de venda ao Governo (Força Aérea, União, Prefeitura) fracassaram. Única venda confirmada: parte da Fazenda Camorim para abastecimento de água, autorizada pelo Ministro da Fazenda (1914). Em 1919, Holophernes Castro assumiu a gestão após casar com a filha do Comendador.                         |
| 1945      | Criação da SUMOC                   | Decreto-Lei 7.293/45 criou a Superintendência da Moeda e do Crédito, predecessora do BACEN, com competência de fiscalização sobre bancos em liquidação.  |
| 1946      | O BCM fica irregular               | <b>Decreto-Lei 9.228/46 exige que o liquidante extrajudicial seja nomeado pelo Ministro da Fazenda. Como isso nunca ocorreu para o BCM, a instituição ficou sem representante legítimo. A partir desse ano, nenhuma transferência de terras tornou-se juridicamente possível.</b>  |
| 1953      | Inquérito obrigatório              | Lei 1.808/53 tornou obrigatório o inquérito pela SUMOC antes do encerramento de qualquer liquidação extrajudicial de instituição financeira.   |
| 1964      | SIMULAÇÃO da Extinção              | <b>Em 30/12/1964 — um dia antes da criação do BACEN (Lei 4.595/64) — foi lavrada a "Escritura de ratificação... extinção da Sociedade" no 22º Ofício de Notas. O documento não apresenta inquérito da SUMOC nem nomeação ministerial de liquidante. Registrada na JUCERJA apenas em 11/03/1966. Análise pormenorizada demonstra tratar-se de simulação ou fraude documental.</b> |

## PARTE II — Irregularidade, C.G.J. e Liquidação Judicial (1978–2017)

| Ano  | Evento                                | Fundamento e contexto   |
|------|---------------------------------------|---|
| 1978 | A C.G.J. proíbe atos em nome do Banco | Após o falecimento de Holophernes Castro, denúncias de documentos falsos foram apresentadas à Corregedoria. O <b>Proc. 483/78</b> resultou em proibição absoluta de quaisquer atos em nome do BCM.  |
| 1981 | A C.G.J. permite atos (condicionado)  | O Corregedor Olavo Tostes Filho, no <b>Proc. 45.506/78</b> , revogou a proibição e concedeu permissão limitada a Pasquale Mauro. Porém, impôs condições impossíveis de cumprimento (ex: CGC que o BCM nunca possuiu), tornando a permissão de aplicabilidade extremamente restrita.   |
| 2005 | Nomeação de Liquidante Judicial       | Pasquale Mauro ajuizou ação na 6ª Vara Empresarial (TJRJ), pedindo ser nomeado liquidante. Ao fazê-lo, <b>reconheceu implicitamente</b> que a escritura de 1964 não lhe conferiu poderes plenos e que a liquidação nunca foi concluída. A <b>sentença de 15/12/2005</b> nomeou o 2º Liquidante Judicial do TJRJ — não Pasquale Mauro. O <b>STJ confirmou</b> essa decisão em recurso. |
| 2017 | Fim do Processo — Sem Julgamento      | A Magistrada extinguiu o processo <b>sem resolução de mérito</b> (CPC, arts. 17 c/c 485, IV e VI), entendendo que a discussão sobre regularização das áreas não podia ser resolvida pelo juízo empresarial. Consequência: <b>não houve coisa julgada formal</b> ; a responsabilidade pela companhia voltou aos seus proprietários.  |

## PARTE III — Regularização e Reabertura (2018–2023)

| Ano       | Evento                              | Fundamento e contexto   |
|-----------|-------------------------------------|---|
| 2018      | O Banco é REGULARIZADO              | Heitor Castro (filho de Holophernes, inventariante do espólio) liderou a regularização. Uma AGE foi convocada, com publicação em jornais por 3 dias, conforme a Lei 6.404/76. O fim da liquidação extrajudicial foi aprovado após 116 anos. Novo Estatuto Social foi editado, diretoria eleita e a razão social alterada para <b>BCM – Ativos Imobiliários S.A.</b> O arquivamento na JUCERJA foi deferido em 21/02/2018 (nº 00003156580). Pela primeira vez, a companhia obteve CNPJ (30.104.654/0001-26) junto à Receita Federal. |
| 2018–2023 | Ataques à reabertura                | Os herdeiros de Pasquale Mauro questionaram a reabertura em múltiplas instâncias: 6ª Vara Empresarial, Delegacia de Defraudações (inquérito arquivado a pedido do MP), JUCERJA (recurso negado pelo Colegiado por voto unânime de 23 membros), DREI (recurso negado), TRF2 e TRF1 (liminares conflitantes). O conflito de jurisprudência foi suscitado ao <b>STJ</b> .  |
| 2023      | O Banco é transferido para Brasília | Para se distanciar da influência regional dos herdeiros de Pasquale Mauro, os acionistas aprovaram em AGE a transferência da sociedade para o DF. O arquivamento foi deferido na JUCIS-DF.  |

**Conclusão:** A cronologia do BCM revela três períodos decisivos. Primeiro, a **fundação e liquidação legítima** (1890–1945), conduzida conforme o ordenamento da época. Segundo, o **vácuo institucional** a partir de 1946, agravado pela simulada extinção de 1964, que gerou décadas de ausência de representação e permitiu a prática de atos sem legitimidade formal. Terceiro, a **regularização** iniciada em 2018, que restaurou a personalidade jurídica da instituição e abriu caminho para a solução dos problemas registraes que afetam a zona oeste carioca.

**Referências legislativas:** Decreto nº 165/1890; Decreto nº 703/1900; D-L 7.293/45; D-L 9.228/46; D-L 9.328/46; Lei 1.808/53; Lei 4.595/64; Lei 6.404/76; Lei 8.934/94.  
**Fontes:** verdadeirahistoriadabarra.com.br | Banco Central do Brasil – *Bancos Oficiais no Brasil* (2004) | Biblioteca Nacional (acervo digitalizado) | TJRJ – Proc. 0052469-45.2005.8.19.0001 | JUCERJA | DREI